editorial

A regra não está clara

Os concursos públicos são realizados para que o preenchimento dos cargos ocorra de maneira democrática, sem favorecimento, e de forma que os mais bem preparados sejam os escolhidos. Tudo deve transcorrer de acordo com as regras, que são tornadas públicas por meio de edital, que deve ser divulgado por quem realiza a seleção. Nele devem constar os cargos, número de vagas disponíveis, escolaridade exigida e toda as etapas do processo, entre outras informações.

Quem se dispõe a participar deste tipo de certame manifesta o seu voto de confiança na lisura do processo desde o momento em que paga a taxa de inscrição. E assim vai durante

as fases, para as quais geralmente se prepara. Seja por meio de estudo, aptidão física ou mesmo se submetendo a avaliações psicológicas.

O que os candidatos esperam é que haja lisura da parte de quem promove o concurso.

Em São Caetano, cidade que se orgulha por elevados índices na área de educação e de qualidade de vida, a gestão do prefeito José Auricchio Júnior dá demonstrações de como não se deve proceder em um concurso. Seja por amadorismo, ou má-fé, o certo é que o desenrolar do processo para a contratação de 94 CGMs (Guardas-Civis Municipais) acabou indo parar na Justiça.

Isso porque candidatos questionam

uma das etapas, a avaliação psicológica. Eles alegam que a banca utilizou critérios subjetivos, pois o edital não explicita quais preceitos devem ser levados em conta na definição de quem serve ou não para a função.

O advogado responsável pelo questionamento nos tribunais utiliza a palavra 'arbitrariedade' para definir o que está ocorrendo no concurso. Se ele conhecesse um pouco mais o atual prefeito de São Caetano, veria que escolheu o vocábulo exato e o quanto o termo se encaixa em outras áreas da administração.

Com Auricchio, principalmente no fim do governo, a ausência de transparência e de respeito às regras, infelizmente, tornou-se comum.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Opinião **Página:** 2